

PRAxis

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - RIO DE JANEIRO

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO
Nº 050200645-5 / 2002

ECT/DR/RJ
CRESS-7ª REGIÃO

Desemprego e o desafio de garantir direitos



ILUSTRAÇÃO: CARLOS D.

A falta de empregos é um problema crescente no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito ao trabalho para todos. É nesse campo de contradições que o assistente social desenvolve seu trabalho cotidiano, contribuindo na efetivação de direitos sociais, que devem ser garantidos pelo Estado. A matéria especial, das páginas centrais desta edição, apresenta entrevistas com um economista, um líder do Movimento Sem Terra (MST) e duas assistentes sociais (uma professora da UFRJ e a outra diretora da Divisão de Serviço Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), que fazem uma análise e apontam algumas estratégias para enfrentar o desemprego. Vale a pena conferir.

4-5

2 15 DE JULHO

Categoria faz assembleia

8 AGENDA

Acompanhe as atividades das Comissões do Cress

7 REGISTRO

A importância da inscrição no Conselho

6 TRHSS

Assistentes Sociais avaliam a tabela

8 MAIO

Diretoria faz balanço das atividades



Registro Profissional

Para exercer a profissão de Serviço Social é necessário cursar a faculdade de Serviço Social e fazer a inscrição no Cress. O registro no Conselho é requisito estabelecido pela lei de Regulamentação Profissional como condição para a habilitação ao exercício do assistente social. Trabalhar sem registro constitui ilegalidade, podendo ser caracterizada como contravenção penal sujeita a processos por crime de responsabilidade. É preciso lembrar que os profissionais que ocupam o cargo de assistente social, mas estejam em desvio de função e os que, embora contratados sob outra função, desenvolvam atividades privativas da categoria, necessariamente deverão estar inscritos no Cress. Essa orientação também vale para o profissional que exerce trabalho voluntário.

Outros casos

É obrigatório o registro das Pessoas Jurídicas de direito público ou privado, já constituídas ou que vierem a se constituir, com a finalidade básica de prestar serviços em assessoria, consultoria, planejamento, capacitação e, outros da mesma natureza em Serviço Social, nos Conselhos Regionais de Serviço Social, de suas respectivas jurisdições, para que possam praticar quaisquer atos de natureza profissional. As referidas entidades de que trata o "caput" estão sujeitas também ao pagamento de anuidades de pessoas jurídicas e taxas que foram estabelecidas em Resolução pelo CFESS.

Caso o Assistente Social exerça a profissão por mais de 90 dias em Estado distinto do qual realizou sua inscrição, deverá solicitar inscrição secundária no Cress responsável pela localidade onde irá atuar profissionalmente, sem nenhum ônus.

Se o assistente social passar a exercer a profissão em outro Estado, deverá solicitar ao Cress de origem, ou de destino, sua transferência. Para isso, é necessário estar em dia com as obrigações financeiras e documentais.

O cancelamento da inscrição pode ser feito, caso o profissional que não esteja exercendo a profissão. Para isso é preciso comparecer à sede do Cress para solicitá-lo, levando a cédula e a carteira de identidade profissional e preencher o documento próprio no Setor de Inscrição. É requisito para a efetivação do cancelamento estar em dia até a data da solicitação.

Caso o assistente social fique doente por mais de seis meses, seja detido pela justiça ou se ausente do país por mais de seis meses, pode solicitar a interrupção temporária do exercício. Mas ao retornar

ao exercício profissional, deve solicitar a sua reinscrição.

A aposentadoria não cancela automaticamente o registro no Conselho, pois não há como saber sobre a aposentadoria do profissional se este não informar a entidade. Caso o assistente social se aposente e não continue exercendo a profissão, deve apresentar documento que comprove a aposentadoria e solicitar o cancelamento. Do contrário, continuará sujeito ao pagamento da anuidade até que formalize o cancelamento, já que a cobrança da anuidade somente será interrompida na data em que protocolar o documento de solicitação de cancelamento de inscrição, não sendo possível retroagir à data da aposentadoria e nem conceder isenção das anuidades devidas.

Quando o profissional completa 60 anos e continua a exercer a profissão tem direito a isenção do pagamento da anuidade, mas continua com todos os direitos dos inscritos. Para ter acesso a tal benefício é preciso que o profissional esteja em dia com suas obrigações pecuniárias. Caso exista débito anterior ao 60º aniversário, deverá ser regularizado, não sendo possível conceder isenção da dívida.

Docência

O CFESS constituiu um Grupo de Trabalho (GT), com o objetivo de elaborar um estudo e uma análise aprofundada sobre a obrigatoriedade da inscrição de assistentes sociais que atuam na docência em funções que estão previstas na Lei de Regulamentação da Profissão, tais como o ensino de disciplinas específicas de Serviço Social e coordenação de cursos. Um dos encaminhamentos efetivados pelo GT foi a solicitação de um parecer à assessoria jurídica do CFESS sobre a questão. O parecer jurídico foi apresentado no dia 19 de março e encaminhado a todos os Conselhos Regionais e Delegacias de Base Estadual.

O GT também solicitou que todos os Cress's fizessem um levantamento dos assistentes sociais que exercem atividades relacionadas ao magistério de Serviço Social em nível de graduação e pós-graduação, disciplinas e funções que exigem conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular. Também dos assistentes sociais que dirigem e coordenam unidades de ensino e cursos de Serviço Social, assim como aqueles que coordenam seminários, encontros, congressos e eventos ligados ao serviço Social. Vale destacar que essas atividades estão na Lei 8662/93 (incisos V, VII e X do Art.5º).

Pagamento da anuidade

O Cress tem como única receita o valor referente às anuidades pagas pelos profissionais inscritos. Deste montante 20% é repassado ao CFESS para sua manutenção. A parte arrecadada pelo Cress é administrada de acordo com normas rígidas do CFESS e do Tribunal de Contas da União (TCU), que ao término de cada ano apreciam as contas da entidade. A anuidade é uma contribuição tributária parafiscal, contemplada na Constituição Federal. Seu pagamento é obrigatório para quem está inscrito no Conselho e está previsto na Lei 8662/93.

O patamar máximo e mínimo do valor da anuidade é indicado no Encontro Nacional do Conjunto CFESS /Cress e definido nas Assembleias Gerais de cada Conselho Regional em que os assistentes sociais adimplentes votam. O não pagamento caracteriza exercício profissional irregular e infração ética e disciplinar, passível de penalidades, como prevê o Código de Ética, sujeitando o profissional à suspensão do exercício profissional e a inscrição do débito na Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

Para efetivar o registro, o profissional deve comparecer ao Cress com os seguintes documentos: original e cópia do diploma de bacharel em Serviço Social expedido por estabelecimento de Ensino Superior do País, devidamente registrado no Órgão competente ou original e cópia de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, desde que devidamente revalidado e registrado junto ao órgão competente no Brasil. Certidão de Colação de Grau, caso não tenha o item acima, a ser substituída pela cópia do diploma, no prazo máximo de dois anos, prorrogável por mais dois anos, desde que o diploma ainda não tenha sido emitido pela instituição de ensino. Carteira de identidade. Título de Eleitor. Cadastro de Pessoa Física - CPF. Comprovante de quitação com o serviço militar obrigatório (sexo masculino). Comprovante de pagamento das taxas devidas, bem como do pagamento da anuidade. Comprovante de fator sanguíneo e três fotos 3x4 não instantâneas.

O Serviço de Registro após receber e conferir esta documentação confeccionará a Carteira e a Cédula de Identidade Profissional que, após serem assinadas pela Presidente do Cress serão entregues ao assistente social.

A PRESENÇA DO CRESS NAS REGIÕES DO ESTADO

Delegacia de Campos combate trabalho escravo

A Delegacia Seccional de Campos tem participado do Comitê Popular de Erradicação do Trabalho Escravo e Degradante do Norte e Noroeste Fluminense desde sua implantação. A diretora do Cress, neste Comitê, Júnia Elias vem fazendo a defesa da justiça e dignidade na relações de trabalho na área rural.

O Comitê tem recebido várias denúncias e tem procurado cumprir seu papel no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores rurais nas usinas. A Marcha Popular Contra o Trabalho Escravo e Degradante e a favor da aprovação PEC 40, organizado pelo Comitê aconteceu no dia 4 de junho. Além de desenvolver vários projetos nessa área, o Comitê está lançando a Campanha de "Valorização do Trabalhador e Trabalhadora Rural", visando dos direitos. Informações: (22) 2724-8599 e 2723-946.

A Delegacia participou, em abril, do XIII Encontro Nacional de Direitos Humanos da Assembléia Nacional de Direitos Humanos, em Goiânia, em que o tema Central é o "Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos". Segundo Júnia Elias, foi um momento de luta travada contra todas as formas de desrespeito aos Direitos Humanos, que são universais, invioláveis e inalienáveis. Dia 24 de abril foi criado o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos em Campos e a Delegacia fará parte de sua Coordenação.

Comemorações em Volta Redonda

A diretoria da Delegacia Seccional de Volta Redonda convidou para as atividades do mês de maio assistentes sociais, entidades e governos municipais. Promoveu mini-cursos em alguns municípios, onde houve grande participação da categoria. Em Angra dos Reis o mini-curso foi realizado em parceria com o INSS.

Também houve parceria com a UNIFOA para realização de atividades como oficinas temáticas em que foram apresentados trabalhos de assistentes sociais que atuam na região. Na área sociojurídica, Andréia Pequeno; na de Pessoas com Deficiência, Angelina Mazarolo Silva; Assistência Social, Eliane Namé; Uso Abusivo de Drogas, Maria do Carmo Cordeiro e Previdência Social, Helenice Pereira de Almeida. A palestra: "O Projeto Ético-político do Serviço Social e a Conjuntura Brasileira", com o professor José Paulo Netto, lotou o auditório da UNIFOA. Pelo segundo ano, a universidade promoveu a Jornada de Pesquisa Social, aberta para inscrições de trabalhos de profissionais da região.

A Secretaria de Assistência Social de Barra do Pirai, promoveu um encontro para comemorar o Dia do Assistente Social com o tema: "Desafios para fazer avançar a política de Assistência Social no município de Barra do Pirai", com a participação da presidente do Cress, Hilda Correa e das professoras e assistentes sociais Rosane Cristina de Souza e Vânia de Cássia de Araújo Dutra.

Desemprego

O direito ao trabalho está assegurado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Cabe ao assistente social contribuir na efetivação dos direitos sociais, que devem ser garantidos pelo Estado. Mas essa tarefa está ficando cada vez mais difícil em uma conjuntura de desemprego crescente. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a falta de empregos já atinge mais de 12% da população economicamente ativa do país. As perspectivas não são as mais favoráveis.

Durante sua campanha eleitoral, o presidente Lula afirmou que a criação de novas vagas no mercado de trabalho era uma de suas principais metas. Prometeu gerar cerca de dez milhões de empregos. Mas o programa proposto por ele “Mais e melhores empregos” ainda não foi implementado, já que o controle inflacionário, associado à elevada taxa de juros acaba emperrando a atividade econômica.

Crise

O economista Paulo Passarinho, do Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, não acredita que Lula cumprirá sua promessa de promover uma política de criação de empregos, pois essa meta está diretamente ligada ao crescimento do país de uma maneira diferente da que está sendo conduzida pelo atual governo. “É preciso formar uma nova moldura macro-econômica”, diz. Passarinho lembra que com a abertura da política econômica, no início dos anos 90, agravou-se muito o desemprego. Ressalta ainda que os índices do IBGE e mesmo os do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), só atingem as regiões metropolitanas. Ele afirma que a crise do desemprego é muito maior se for levado em conta todo o território brasileiro.

Na avaliação do economista, o Estado está amarrado a um modelo que o “asfixia financeiramente”, em que a prioridade estatal está no pagamento da dívida externa e como os recursos são limitados acabam engessando a gestão da máquina. De acordo com Passarinho, a reforma agrária é essencial para diminuir a crise do desemprego. Acredita que caso o atual governo não adote medidas como a implementação de políticas universais de atendimento social como: saúde, educação e previdência, por exemplo, e políticas de incremento de infra-estrutura, com investimento na área de construção civil, saneamento, construção popular e transportes, corre o risco de terminar o mandato de quatro anos com um resultado muito ruim na área social.

Reforma agrária

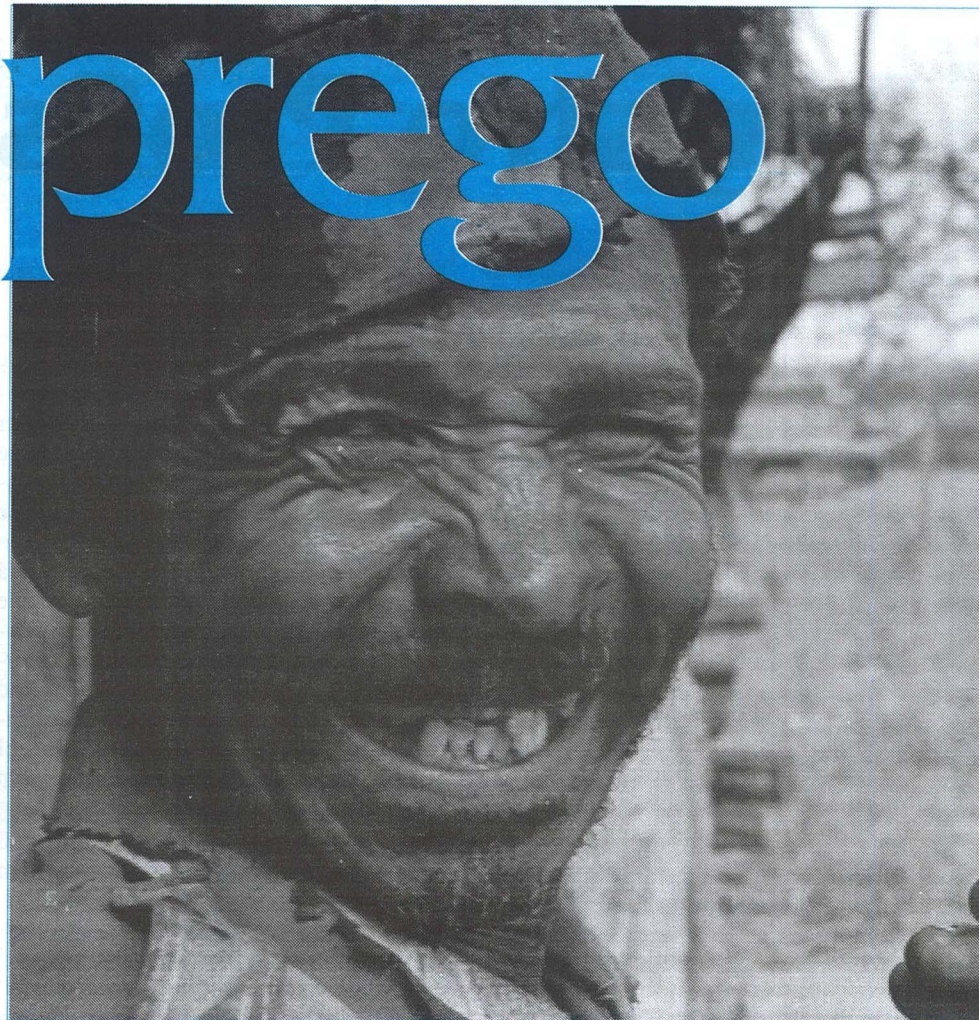
Na opinião do coordenador nacional do Movimento Sem Terra (MST), Valquimar Reis, a reforma agrária é uma das alternativas para amenizar o problema do desemprego. Ele lamenta que o Brasil esteja na lista dos países que ainda não fizeram essa reestruturação do latifúndio. Avalia que a reforma agrária traz um benefício direto, pois ao assentar uma família, o governo contribui para diminuir o problema da fome, da habitação e do desemprego. O assentado passa a morar e produzir na terra e se alimenta dos produtos que planta.

Valquimar afirma que a reforma agrária proporciona ainda a geração de empregos indiretos. Na área de habitação, por exemplo, incrementa a indústria de material de construção. Para trabalhar precisará de ferramentas e implementos agrícolas, e isso vai gerar demanda de produção nessas áreas e conseqüentemente abrirá novas vagas de trabalho. Vale destacar, que o trabalhador que produz na terra pode vender o excedente de sua produção e assim gerar renda. Com a possibilidade de consumir, passa a equipar sua casa com eletrodomésticos e outros bens materiais. As indústrias são obrigadas a gerar mais empregos para dar conta da demanda dos assentamentos. Além disso, destaca o coordenador do MST, há todo o desenvolvimento do comércio da região próxima à área ocupada. Ele ressalta que a reforma agrária, ao levar o homem para o campo, promove a diminuição da violência e libera mais vagas de trabalho nas grandes cidades. O MST está fazendo um cadastramento dos desempregados no país.

Agronegócio

Atualmente, revela Valquimar, o governo está investindo no agronegócio, que é voltado para a exportação de grãos, que são utilizados no exterior para alimentar animais. Explica que o agronegócio utiliza alta tecnologia, com máquinas automatizadas, dispensando a mão-de-obra. O coordenador julga que é preciso inverter a lógica da política agrícola e investir na agricultura familiar, em vez de alimentar o mercado externo.

“O papel do MST e de todo o Movimento Social Organizado é pressionar para que o governo faça as mudanças necessárias para democratizar a estrutura fundiária”, esclarece o coordenador. Explica ainda que o MST vê o governo Lula como parceiro, pois ajudou o presidente a conquistar o poder. Mas admite que o governo também fez parcerias com alguns setores que têm uma visão oposta sobre a



questão da terra e que não vêm com bons olhos o MST. Avalia, no entanto, que já houve avanços, apesar de não ter aumentado o número de assentamentos. Hoje o governo federal não utiliza o Estado para a repressão das ocupações e a interlocução com líderes do governo é direta, o que facilita a solução dos conflitos, afirma Valquimar.

Assentamentos

Em vinte anos de luta, revela, são mais de 500 mil famílias assentadas e des-sas, 125 mil baseadas nas diretrizes do MST, com estrutura, organização, resgate da cidadania e formação para que possam se manter do trabalho na terra. Mas ainda há 200 mil famílias, com cinco pessoas em média, em acampamentos na beira das estradas. Cerca de um milhão de pessoas à espera da reforma agrária. Por isso, não se pode deixar de acreditar que o governo venha atender à demanda de todas estas pessoas, afirma o coordenador. Ele entende que é necessário, também, investir no trabalho de formação para organizar e segurar o jovem no campo.

Atualmente existem algumas escolas no campo, mas, em sua opinião, deveriam existir escolas do campo, onde se ensinariam técnicas agrícolas e outros temas de interesse para quem pretende se fixar no trabalho agrário. Desta forma as pessoas não precisariam ir para os grandes centros em busca de emprego.

“É necessário criar de 1,5 milhão de para aumentar a desemprego”.

“Os países mais i também os mais produtivos”.

Esses são trechos do artigo do professor da Francisco Oliveira, para a Revista Democrata

Valquimar informa que o MST lida com a parcela mais excluída da população. São pessoas que estão no último degrau da condição humana, com frio, fome, sem trabalho e sem saúde. Ele conta que, na maioria das vezes, as pessoas chegam aos acampamentos sem documentos. O trabalho de formação visa dar educação, orientar e promover o resgate da cidadania. Ao tomar conhecimento de seus direitos, o novo cidadão passa a exigir do Estado esses direitos sociais. Ele acredita que o assistente social é o profissional indicado para viabilizar esse acesso aos direitos e trabalhar nesse processo de resgate da cidadania.

O desafio de garantir direitos

O desemprego, na ordem capitalista, será sempre estrutural e não apenas conjuntural". Essa é a afirmação da professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fátima Grave, que explica que é um enorme desafio para o assistente social garantir direitos como o do trabalho nesse contexto atual. O governo Lula não tem dado a atenção que a questão do desemprego exige, diz. Enfatiza que está percebendo ainda muita desorganização na esfera federal e, com isso, programas governamentais como o do primeiro emprego não decolam. Ela acredita que o conjunto dos trabalhadores e o Serviço Social devem estar inseridos na luta pela política de geração de empregos. Uma das tarefas dos assistentes sociais é ajudar na mobilização dos trabalhadores com este objetivo. Para isso, é preciso, entre outras ações, fortalecer a categoria junto aos outros conselhos. *do direito? depois?*

Mas há outro complicador. Um dos argumentos utilizados pelo empregador para reduzir o número de vagas é que os encargos são altos. Também sob o argumento frágil da desqualificação da mão-de-obra, opta pela flexibilização. Nessa perspectiva, os índices de desemprego tendem a aumentar.

Mercado exigente

A professora explica que nos anos 90 surge um novo perfil de trabalhadores para atender às demandas de um mercado cada vez mais exigente. São trabalhadores versáteis, acostumados a trabalhar em equipe e sob pressão, com disponibilidade de tempo e de locomoção geográfica, com acúmulo de conteúdo técnico, boa comunicabilidade e com uma mentalidade voltada para resultados, além de sua formação básica. É a era do super-trabalhador. Fátima tem observado que as pessoas buscam capacitação não apenas para acessar o mercado de trabalho, mas para se manter nele. Ela percebe um grande medo das pessoas de ficarem desempregadas. Isso é muito natural na sociedade em que vivemos, avalia, pois dentro da ordem burguesa o trabalho assalariado confere ao trabalhador uma identidade no contexto social. Esse medo torna bem mais difícil a mobilização.

Na opinião de Fátima Grave, o processo de reestruturação produtiva vem com a tendência de uma produção personalizada dirigida para um consumidor que exige produtos personalizados, que não objetiva mais a produção em massa. Isso afunila ainda mais o já apertado merca-

do de trabalho. Além disso, não há investimento do Estado em políticas públicas voltadas para a questão do desemprego. O governo está preocupado em apostar no voluntariado, eximindo-se ainda mais de suas responsabilidades. Com isso, a tendência é formar o trabalhador não para o emprego, mas para o empreendimento, criando uma lógica agressiva que só aumenta o desemprego e a violência.

Projeto de Pesquisa

Fátima Grave está desenvolvendo o projeto de pesquisa "Desemprego e o Serviço Social", vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade, cujo objetivo é traçar um perfil do assistente social que está fora do exercício profissional. Ela revela que no período de 1989 a 2002, principalmente na primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República, os pedidos de cancelamento de registro no Cress dobraram. Os dados mostram o reflexo do aprofundamento do desemprego durante a implementação da política neoliberal.

A professora acredita que os assistentes sociais acabam reproduzindo a busca da empregabilidade. Observa que existe uma culpa do trabalhador que se encontra sem emprego. "Ele necessita buscar qualificação para tentar ingressar ou retornar ao mercado de trabalho", diz. Cabe à universidade oferecer iniciativas para a demanda por capacitação. Ela não tem dúvidas que o aprimoramento intelectual garante qualidade dos serviços e reforça os princípios éticos da categoria, embora, infelizmente não assegure emprego.

Dificuldades ainda maiores para quem sai da prisão

Se as dificuldades já são muitas para quem está desempregado, para quem acaba de deixar o presídio depois de um tempo de reclusão, as coisas são ainda piores. Além do apertado mercado de trabalho, o ex-detento ainda é obrigado a enfrentar discriminação e preconceito. A diretora da Divisão de Serviço Social da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), Ana Silvia Furtado Vasconcelos, confirma que a falta de perspectiva de trabalho é uma das razões que levam o ex-presidiário a cometer a reincidência. Mas são muitos os fatores que fazem com que ele retome a vida do crime, já que a adaptação à vida livre requer muitas implicações.

De acordo com Ana Silvia, a Secretaria não dá nenhum encaminhamento ao trabalho para quem está saindo da

reclusão. Mas o Serviço Social da Seap tem mostrado preocupação com a integração a sociedade dos ex-internos, que precisam de apoio. Já é realizado um trabalho voltado para os presos que cumpriram um terço da pena e têm o direito legal ao livramento condicional, que é o de preparar para enfrentar a nova vida.

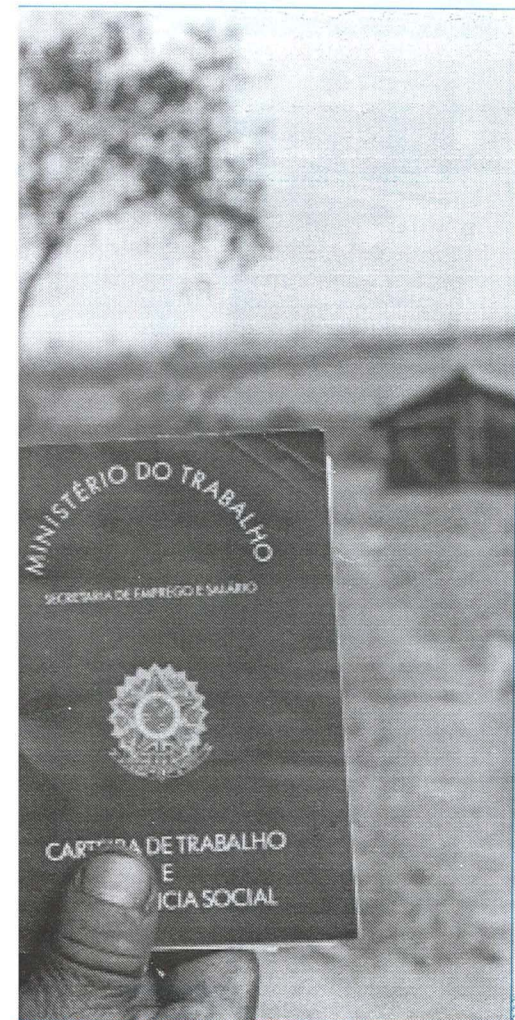
A diretora comenta que há um projeto, em vias de ser aprovado, que pretende ampliar o trabalho já desenvolvido. Explica que é um programa pensado para tornar o ex-detento apto ao trabalho, com a documentação completa e possivelmente com capacitação, além de orientações de cidadania. Ela lembra que já há um projeto de âmbito municipal, "Agentes da Liberdade", que capacita e remunera, através de bolsa, egressos e aqueles que estão em livramento condicional. Também há uma unidade da Seap, "Patronato Margarino Torres", com duas assistentes sociais, responsável pelo encaminhamento daqueles que já estão terminando suas sentenças. Para os internos que fazem parte do regime semi-aberto, (que saem de manhã e voltam para a penitenciária à noite) existe o "Trabalho extra muro", que é um benefício que envolve um convênio com a Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae).

Política pública

Ana Sílvia acredita que é necessário implementar uma política pública direcionada aos empresários, no sentido de promover a conscientização, pois só assim será possível a maior integração dos ex-internos ao trabalho. Na verdade, avalia a diretora, é preciso que toda a sociedade seja conscientizada sobre a importância de promover a recuperação dos ex-presidiários, que são vítimas de uma política perversa que aumenta a exclusão social. Isso só vai ser possível se houver um entrosamento através da constituição de uma rede de apoio do primeiro, segundo e terceiro setor. Ela diz que só percebe alguma comoção na sociedade quando há movimentos como a rebelião de presos, por exemplo.

O Serviço Social, julga Ana Sílvia, pode e deve fazer um trabalho de qualidade com o objetivo de capacitar o ex-interno para disputar vaga no mercado de trabalho, mas não pode garantir emprego. A capacitação, segundo a diretora, é fundamental para os assistentes sociais melhorarem a qualidade no atendimento. Em sua opinião, a categoria deve manter um "olhar crítico" e reflexivo sobre a política que insiste em excluir parte da população deixando-a exposta ao tráfico e outros processos de violência.

FOTO: RIPPER



em torno
empregos anuais
ca de

alitários são

va (21).

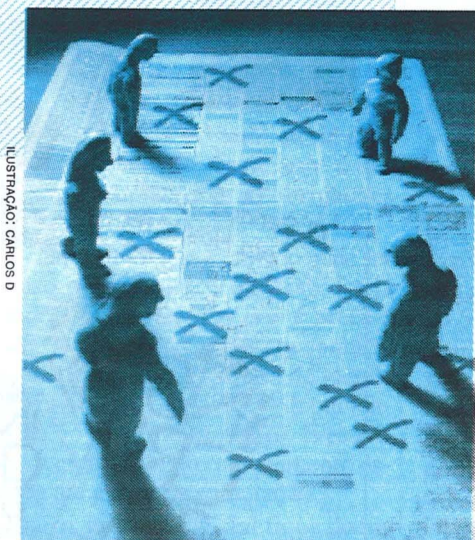


ILUSTRAÇÃO: CARLOS D

Saiba mais sobre a Abepss

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (Abepss) é uma entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos, criada em 1946 e que reúne as Unidades de Ensino de Serviço Social no Brasil. Tem como principal finalidade propor e dinamizar uma política de formação em serviço Social que expresse a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando graduação e pós-graduação. Entre as suas atribuições está a realização anual da Oficina Nacional, que funciona como estratégia fundamental de consolidação do projeto de formação profissional e como ponto culminante do debate realizado nas séries de oficinas locais e regionais das unidades de ensino no Brasil.

A Oficina Nacional de 2004, reali-

zada em abril, em Santa Catarina, teve como tema "O Ensino do Trabalho Profissional: Desafio para a Afirmação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político". Foi assinado um termo de compromisso aprovando propostas que serão encaminhadas ao XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, antecedendo a assembléia da Asociación Latinoamericana de Trabajo Social (Alaets). Nesse termo de compromisso, os professores, alunos, supervisores e assistentes sociais brasileiros aprovaram um mapeamento das Associações Docentes, das unidades de ensino e de grêmios estudantis da América Latina para identificar os atores políticos envolvidos com a formação profissional no Cone Sul e de toda a América Latina.

E aprovaram a manutenção de um fórum de discussão sobre os rumos da organização das entidades políticas relacionadas com a formação, visando a construção de diretrizes ético-políticas. A Oficina Nacional definiu uma campanha Nacional em Defesa das Diretrizes Curriculares da Abepss.

A atual diretoria da Abepss informou que está acompanhando com atenção a Medida Provisória que institui o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior. Após várias consultas, inclusive ao CFESS, a Abepss encaminhou uma lista com o nome de oito professores de diferentes regiões e com representação das unidades de ensino públicas e privadas para atender a solicitação de indicação de membros para o Banco de Consultores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) para formar a comissão nacional para a elaboração do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

Tabela referencial de honorários - TRHSS

A Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social (TRHSS) foi implementada por Resolução do CFESS (nº 418/01) e visa dar uma referência de valores e procedimentos para negociação de serviços prestados por assistentes sociais. Essa tabela será avaliada no próximo Encontro Nacional CFESS/Cress (que reu-

ne o Conselho Federal e os Regionais de todo o Brasil), em setembro, em Curitiba-PR. A diretoria do Cress/RJ solicita que os assistentes sociais façam uma avaliação (Veja questionário) até o dia 15/07/04, pelo e-mail diretoria@cress.org.br, por fax (22401727, ramal 219) ou na Sede do Cress e/ou das Delegacias Seccionais de Campos e Volta Redonda. Ele também

pode ser devolvido na assembléia do dia 15/07, às 18h, no auditório do Conselho, onde serão eleitos os delegados para o referido Encontro Nacional.

É possível acessar a TRHSS no site www.cfess.org.br Vale destacar que a hora técnica foi reajustada por deliberação recente do CFESS. Seu valor atual é de R\$ 60,08.

AVALIAÇÃO

Se você trabalha sem vínculo empregatício e presta serviços profissionais como assistente social solicitamos a sua colaboração no preenchimento deste questionário que visa

avaliar os resultados obtidos pelos assistentes sociais quando da utilização desta Tabela como parâmetro de cobrança de serviços profissionais.

Devolver ao CRESS de sua Região até 25/07/04.

1. Como tomou conhecimento da TRHSS?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> na sede do CRESS | <input type="checkbox"/> visita de fiscalização do CRESS |
| <input type="checkbox"/> colegas da profissão | <input type="checkbox"/> site do CFESS ou do CRESS |
| <input type="checkbox"/> evento da categoria | <input type="checkbox"/> outros/ citar |

2. Você acha que a TRHSS contribui para negociação do valor do serviço profissional a ser cobrado?

- sim não

Por que?

3. Você encontrou resistência por parte do contratante em relação ao valor a ser cobrado?

- sim não

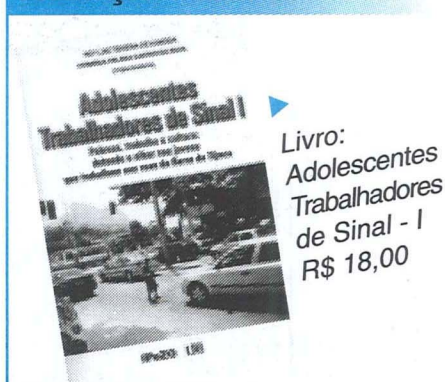
Caso positivo, qual o motivo?

4. Nos seus serviços profissionais você:

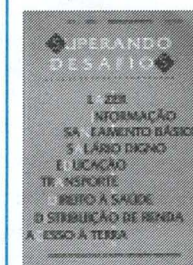
- sempre utiliza a TRHSS
 depende do tipo/ condição do contratante
 sempre cobra valor menor
 sempre cobra valor maior

5. Você teria alguma sugestão para aprimoramento da TRHSS?

PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



Livro:
Adolescentes
Trabalhadores
de Sinal - I
R\$ 18,00



Superando
Desafios
R\$ 13,00.



Assistente
Social - Ética e
direitos, 4ª ed.
R\$ 13,00



Em Foco:
Serviço social
clínico e o projeto
ético-político do
Serviço Social
R\$ 10,00.*



Em Foco:
Atribuições
privativas do
assistente social e
o "serviço social
clínico" - R\$ 10,00.*

* Na compra das duas edições o valor é de R\$ 15,00



Em Foco:
O Serviço Social
e o Sistema
Sociojurídico
R\$ 13,00.



O Serviço Social
em Hospitais
R\$ 3,00.

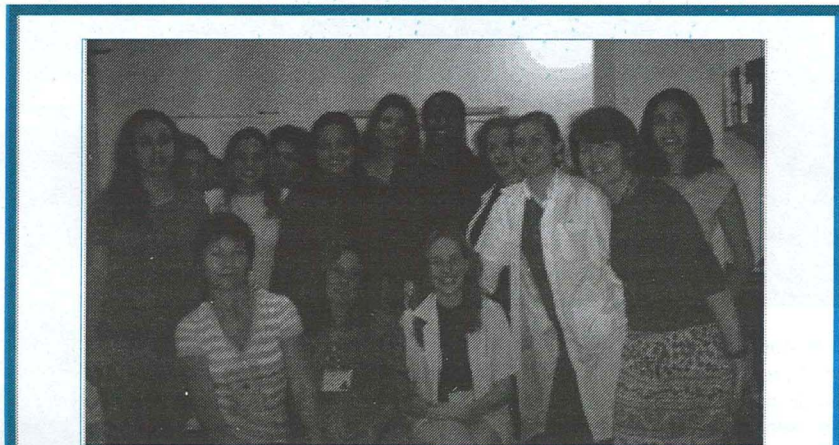


Revista
Inscrita - R\$ 10,00, 2 por R\$
15,00 e 3 por R\$ 25,00

Gestão colegiada marca Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto

Em janeiro de 2004, a assistente social Elisabeth da Luz assumiu, através de eleições diretas, a chefia do Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), da Uerj. Atualmente a gestão é organizada de forma colegiada. Fazem parte da equipe 25 assistentes sociais, 15 residentes, 26 alunos (estagiários da Uerj) e quatro profissionais bolsistas em treinamento.

Na opinião de Beth da Luz, isso pode garantir a construção de um projeto de resgate do Serviço Social no Hupe. A assistente social da equipe Mônica de Assis acredita que a gestão colegiada proporciona um “pensar” coletivo e isso fortalece a construção da categoria. Beth explica que a gestão funciona com três coordenações: Ensino, que envolve a residência, a graduação e a revista Superando Desafios; Assistência e Administrativa, que envolve a administração do cotidiano e a política de Recursos Humanos -RH). Para implementar uma dinâmica ágil, são realizadas reuniões quinzenais com as coordenações e reuniões mensais com toda a equipe.



Beth da Luz (primeira sentada, da esquerda para a direita), eleita em janeiro, com sua equipe participam da experiência de um sistema colegiado.

Estratégia

A proposta estratégica, segundo a assistente social chefe, é envolver cada profissional, que em sua avaliação são bastante gabaritados, na gestão. Com isso, as tarefas são divididas e as informações trocadas. A equipe está dividida em vários programas: do idoso, da saúde mental, da saúde da mulher, da saúde da criança e do adolescente, da saúde integral, além do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (Nesa), da unidade do paciente interno, da hemoterapia, da saúde do trabalhador da Uerj (RH e Residência) e da residência em Serviço Social. Mas a assistente social Maria Helena Bernardo, que também participou da entrevista, garante

que, apesar da pulverização em programas, há um projeto comum do Serviço Social.

“O Seminário do Serviço Social da Uerj, realizado no segundo semestre de 2003, foi um marco para os assistentes sociais do Hupe”, afirma Beth. Nesse momento a categoria parou para definir quem eram e o que queriam. Defenderam princípios da reforma sanitária e mais qualificação. Um dos pontos altos do evento, de acordo com Maria Helena, foi a articulação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que não foi uma preocupação das últimas direções do Pedro Ernesto. Mas a partir daí ficou mais evidente o comprometimento do Serviço Social com os princípios do SUS.

Metas

Uma das metas da gestão colegiada, traçadas no seminário, é proporcionar aos usuários um atendimento mais humanizado, conta Mônica. As entrevistadas disseram que entre as queixas da equipe está a ausência de uma “porta de entrada” com um direcionamento maior, que é bem diferente e não pode ser confundida com um setor de orientações gerais. Outra meta é incrementar as formas de vinculação com a Uerj, como por exemplo, encaminhar demandas do Serviço Social para a unidade de ensino. A aproximação e integração da equipe para humanizar as relações de trabalho também entra como objetivo do colegiado. Um dos mecanismos para essa aproximação, lembra Beth da Luz, é a elaboração de um boletim informativo (ECOSS).

Entre as atribuições do Serviço Social do Hupe, está o “pensar” e organizar o concurso de residência, leitura de material e administração dos módulos e supervisão. São muitas tarefas: docência assistência e participação no colegiado. Por isso, há carência de pessoal, informa Beth da Luz, apesar do último concurso ter sido realizado em abril de 2002. Para o II Seminário, a ser realizado ainda em 2004, estão sendo realizados estudos exploratórios das áreas trabalhadas, com o objetivo de dar um salto de qualidade no serviço prestado, na capacitação dos recursos humanos e na construção da visibilidade.

“Proposta de envolver cada profissional na gestão”

COMISSÕES DO CRESS - CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA 2004

Comissão de Educação

8 de julho
12 de agosto
9 de setembro
14 de outubro
11 de novembro
9 de dezembro

Comissão de Saúde

13 e 30 de julho, às 18h.
10 e 27 de agosto, às 18h.
14 e 24 de setembro, às 18h.
5 e 29 de outubro, às 18h.
9 e 26 de novembro, às 18h.
14 de dezembro, às 18h.

Comissão do Idoso

5 e 19 de julho, às 17h.
9 e 23 de agosto, às 17h.

6 e 20 de setembro, às 17h.
4 de outubro, às 17h.
8 e 22 de novembro, às 17h.
13 de dezembro, às 17h.

Comissão de Estudo do Uso de Álcool e Outras Drogas – Coead

Os integrantes dessa Comissão se reúnem na última segunda-feira de cada mês, às 18h.

Comissão de Assistência

São realizadas reuniões quinzenais, às quartas-feiras. As próximas estão previstas para os dias:

14 e 28 de julho, às 17:30h.
11 e 25 de agosto, às 17:30h.
8 e 22 de setembro, às 17:30h.

Comissão Sociojurídica

A Comissão Sociojurídica se reúne periodicamente e realiza eventos abertos para toda a categoria. O Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho dos Assistentes Sociais em Empresa (Neat) também está ativo, mas ainda não definiu seu calendário até o final do ano. Há também as Comissões de Gênero e Etnia, de Previdência Social, da Criança e do Adolescente e dos Portadores de Deficiência (PPD), que estão criadas e que contam com a sua participação para retornar ao seu pleno funcionamento.

As Comissões Permanentes são:

Comissão de Inscrição, Comissão de Ética e a Comissão de Fiscalização e Orientação. A última é composta também por assistentes sociais que são funcionárias do Conselho, exercendo a função de agente fiscal.

Todas as comissões realizam as reuniões na sede do Cress. Sua contribuição é fundamental em todas elas. Saiba como participar. Para obter maiores informações entre em contato com a secretaria do Conselho. Veja endereço e telefones do Cress no expediente desta edição (Página 2)

Participe das Comissões do Cress!

Mais informações na secretaria, das 9h às 18h.

Diretoria faz um balanço das comemorações

O tema central do último mês de maio foi “Garantir Direitos: Dever do Assistente Social”. A diretoria do Cress-RJ acredita que esse enfoque permitiu que a sociedade pudesse entender um pouco melhor o papel do assistente social e ajudou a fortalecer o projeto ético-político da categoria.

Mais uma vez a diretoria ousou e promoveu vários eventos ligados as diversas áreas de atuação profissional e de forma descentralizada por todo o Estado do Rio de Janeiro, mas sempre em consonância com o tema nacional. Foram cerca de trinta mini-cursos. Quatro seminários com o tema “Garantir direitos na Seguridade Social Pública: um dever do assistente social” foram realizados na UFF, UFRJ, Uerj e Faculdade Santa Luzia (Duque de Caxias), que colaboraram na organização.

Também aconteceu um seminário sobre “A Contribuição do Assistente Social na Equipe de Saúde”. Nesse evento foram apresentados quatro trabalhos de práticas do Serviço Social na Saúde: trabalho com grupo de portadores de HIV/Aids no CM Saúde do Engenho de Dentro/SMS-RJ, o assistente social no Programa Saúde da Família (Niterói), a experiência do Centro Psiquiátrico do RJ/SES e o Grupo de pré-operatório de cirurgia cardíaca – a participação do Serviço Social em uma abordagem multidisciplinar que deu certo. As professoras Mavi Rodrigues e Ludmila Cavalcanti da UFRJ fizeram considerações sobre a prática profissional abordando avanços e desafios.

Emoção

Outro evento que entusiasmou foi o Encontro dos Assistentes Sociais aposentados, realizado em parceria com o CBCISS. A conselheira Tânia Dahmer abriu o Encontro, que teve como convidados os assistentes sociais: Isa Guerra Labelle que falou sobre sua pesquisa com os pioneiros; Rute Gusmão que relatou, com emoção, sua trajetória profissional na LBA e sua colaboração no processo de municipalização de descentralização da Assistência; Luiz Carlos Mancini que também traçou um perfil de sua



vida profissional traçando um paralelo com a própria trajetória de toda a categoria. Mas, sem dúvida, o momento de grande emoção ficou por conta do relato poético de Helena Berto, que aos 83 anos ainda está trabalhando. A troca de experiências entre os profissionais das mais diversas idades, já que o evento reuniu muitos estudantes interessados na história da profissão, resultou em uma atividade muito interessante, que terminou com a apresentação de um coral da Universidade da Terceira Idade e um lanche de confraternização.

O lançamento da Campanha Nacional contra o Racismo no Estado do Rio de Janeiro foi realizado com atividades culturais, palestras e debates de qualidade. O evento iniciou com a declamação da Carta à Mãe África e seguiu com mesas que trataram de temas como “Relações Sociais no Brasil e a Questão Étnico Racial”, “Iniciativas de Ação Afirmativa no Cenário das Políticas Públicas” e o “O Trabalho do Assistente Social a Partir do Recorte Étnico-racial”. No final das atividades a assistente social Elisabete Aparecida Pinto lançou o livro O Servi-

ço Social e a questão étnico-racial: um estudo de sua relação com usuários negros e a estudante de Serviço Social e cantora Ilecci Silva fez uma apresentação de voz e violão.

A Plenária Estadual do projeto “O Serviço Social e os Conselhos de Políticas e de Defesa de Direitos” e o Encontro Temático sobre os 60 anos do Serviço Social na Previdência Social também foram eventos promovidos e organizados com o apoio do Cress, que movimentaram muitos profissionais. Mas a principal atividade do mês de maio aconteceu na Capela Ecumênica da Uerj, no dia 14. A mesa-redonda com o tema “Garantir direitos à terra, ao trabalho e a seguridade social pública: um dever do assistente social” contou com a presença de palestrantes como Ivanete Boschetti (doutora em Serviço Social pela UnB),

Valquimar Reis (coordenador nacional do MST) e Pedro Cláudio Cunha Bocayuva (Fase).

Lançamentos

Mais uma vez, pelo segundo ano consecutivo, foi realizada uma Sessão Solene promovida pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), que homenageou 15 assistentes sociais. O Cress acompanhou esse evento e também recebeu uma homenagem da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, “Mérito Carioca da Assistência Social”, pela contribuição nas questões que envolvem a política de Assistência Social no Estado. Além disso, o Cress lançou duas novas edições da Revista “Em Foco” (Veja página 6). Uma sobre o Serviço Social Clínico (complementar) e outra sobre o Serviço Social no campo Sociojurídico. Também lançou dois cartões comemorativos do Dia do Assistente Social, divulgando os direitos sociais previstos pela Constituição e recomendando seu envio à Presidência da República exigindo emprego e acesso a estes direitos sociais. O Cress produziu um folder com o objetivo de explicar para a sociedade o que faz o profissional de Serviço Social. Esse material foi um sucesso na categoria e, por isso, a diretoria decidiu transformá-lo em material fixo de constante divulgação da profissão. Outro folder produzido pelo Cress teve o propósito de divulgar o projeto “Cinema no Cress”, que já está com a programação fechada até o final do ano no ciclo do cinema brasileiro.

Ausência sem justificativa

Na avaliação dos diretores, a intensa programação do mês de maio exige um esforço na hora da organização, mas os resultados valem a pena. O maior problema encontrado, de acordo com os conselheiros, é o índice de faltas nos eventos. Alguns assistentes sociais se inscrevem, não comparecem e não se preocupam em justificar suas ausências. Isso impede que outros profissionais interessados possam participar.

DESAGRAVO PÚBLICO

O processo de Desagravo Público é o instrumento utilizado pelo assistente social que se sentir ofendido, por qualquer pessoa, em sua honra profissional. É um direito do profissional registrado no Conselho, previsto no Código de Ética Profissional e regulamentado por resolução do CFESS. Para utilizar esse instrumento, o profissional deve relatar, por escrito, a situação de ofensa e entregar ao Cress. A denúncia será apreciada pela Comissão Permanente de Ética e, se aprovada, é constituída uma Comissão de Prerrogativas para apurar com mais detalhes a situação e após a apreciação do Conselho Pleno, o Ato de Desagravo Público é realizado em local público e divulgado para toda a sociedade.

Esse foi o caminho percorrido pelos assistentes sociais denunciando Elizandra Dias de Miranda, Maurício Caetano Matias Soares, Luciana Saraiva do Nascimento Mathias, Patrícia Carlos Oliveira e Roberta Silveira Brum, os quais prestavam serviços ao Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto (IMLAP/RJ), que originou o Processo de Desagravo Público (09/2003) contra o diretor da instituição, Roger Vinicius Ancillotti. O Ato de Desagravo Público foi realizado durante o Seminário “A Contribuição do Assistente Social na equipe de Saúde”, dia 24 de maio, no Instituto Nacional de Cardiologia, em Laranjeiras.

A Comissão de Prerrogativas elaborou um Parecer, que se pautou no encerramento de



contrato de trabalho de toda a equipe, em setembro de 2003, após matéria veiculada na televisão (Rede Globo), em que o diretor do IMLAP-RJ responsabiliza a assistente social pelo sepultamento do corpo de um rapaz como indigente, apesar da família ter feito o reconhecimento do mesmo.

Entenda o caso

Os denunciadores informaram que em setembro de 2000 foi inaugurado o Serviço Social com dois profissionais e oito estudantes. Todos contratados pelo Nuseg, sob a qualificação de técnico de atendimento. Em maio de 2003 assumiu a direção da instituição o perito legista Roger Ancillotti que promoveu um novo modelo de funcionamento institucional. Foi firmado convênio com a Funerária Santa Casa de Misericórdia e a equipe avaliou que a nova

determinação induzia o sepultamento pela Santa Casa. Por isso, decidiram ressaltar junto à população que o serviço não era obrigatório.

Maria de Lourdes Oliveira da Silva reconheceu o corpo de seu filho Leonardo Oliveira da Silva e no dia seguinte, retornou ao Serviço Social e informou que embora tivesse comparecido ao Setor de Óbito e acertado com o funcionário do setor que retornaria para liberar o corpo de seu filho, o mesmo fora sepultado como indigente. Maria foi encaminhada ao gabinete do diretor. Logo depois foi veiculada pela TV Globo a notícia do desaparecimento do corpo que havia sido sepultado como indigente, apesar do reconhecimento pela família. O diretor do IMLAP-RJ foi entrevistado e responsabilizou a assistente social pelo fato, bem como anunciou a demissão de toda a equipe de Serviço Social pela televisão. A justificativa para a demissão é de que o diretor estava insatisfeito com o desempenho. Segundo a equipe, não houve oportunidade de qualquer tipo de esclarecimento e de defesa.

A Comissão constatou o desrespeito do diretor do IMLAP-RJ para com a prática profissional dos assistentes sociais da instituição, caracterizando, portanto, ofensa que atinge a honra da categoria. Após três anos de exercício na instituição, o Serviço Social consolidou um trabalho na esfera institucional de fundamental interesse para a sociedade. O trabalho desenvolvido se insere no bojo das

ações que visam contribuir com a garantia dos direitos de cidadania ao buscar viabilizar um sepultamento em condições dignas, além de viabilizar o encaminhamento dos procedimentos legais de acesso a direitos e benefícios que possam decorrer do falecimento.

Não é competência do Serviço Social controlar corpos e nem definir quais deles devem ser enterrados como indigentes, mas sim atender aos familiares e oferecer as condições materiais disponibilizadas pela instituição e facilitar as condições emocionais para que se realize o reconhecimento dos corpos das pessoas não identificadas. E isto foi viabilizado à Maria de Lourdes.

O diretor, com uma postura arbitrária e descomprometida com a prestação de um serviço de qualidade, preocupou-se em apresentar à sociedade a punição de um culpado, em vez de identificar a falha institucional e evitar sua repetição. A conduta feriu os direitos de cidadania, que garantem aos acusados a oportunidade de se defender. Os profissionais do IMLAP foram condenados publicamente a uma demissão sumária que ofende a honra profissional de cada um. Contudo esta ofensa se estendeu a toda a profissão, já que o diretor culpabilizou a totalidade do serviço, como se toda a categoria fosse incompetente. Por tudo isso, ficou caracterizada a ofensa à imagem e violação dos direitos do profissional de Serviço Social.